Recurso nº 320/2006

Data: 23 de Novembro de 2006

Assuntos: - Crime de passagem de moeda falsa
- Crime de aquisição em depósito de moeda falsa
- Concurso real

SUMÁRIO

1. A passagem ou a colocação em circulação de moeda ilegítima consome o prévio delito de aquisição de moeda, mas isto não contempla o caso em que o agente adquire com intenção de pôr em circulação e ainda não tem a passagem efectiva.
2. A lei autonomiza a punição do acto de aquisição em depósito com a intenção de por em circulação a moeda falsa, verifica o acto, deve ser o acto punido, e, se, após o acto de aquisição, puser efectivamente em circulação a moeda falsa, o agente só pode ser condenado pelo crime de passagem, absorvendo o acto de aquisição, porque a passagem de moeda falsa pressupõe a sua prévia aquisição, senão contrafacção.
3. Ao contrário, o facto de ter adquirido as moedas falsas, em depósito na sua residência, bem assim na sua posse,

enquanto não põe efectivamente em circulação, só tem que ser condenado pelo crime previsto no artigo 256º, desde que está especificamente provado o seu dolo de fazer circular essa moeda falsa como se tratasse de moeda verdadeira.

O Relator,
Choi Mou Pan

Recurso nº 320/2006

Recorrente: A

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M.:

O arguido **A**, de nacionalidade XXX, com os demais sinais nos autos, respondeu nos autos do Processo Comum Colectivo nº CR2-06-00144-PCC perante o Tribunal Judicial de Base.

Realizada a audiência de julgamento, o Tribunal Colectivo proferiu o Acórdão decidindo que:

Condena o arguido **A**, pela prática, em autoria material e na forma consumada, de um crime de passagem de moeda falsa, p. p. pelo arº 255º, n.º 1, al. a) do Código Penal, na pena de 2 anos e 6 meses de prisão.

Inconformado com a decisão, recorreu apenas o arguido **A** que motivou, em síntese, o seguinte:

- A. É notório o erro na apreciação da prova feito pelo Tribunal recorrido na decisão de que ora se recorre;

- B. Em face da contradição do depoimento da testemunha (testemunha arrolada pela acusação), relativamente à ocorrência do facto, (1.ª testemunha da Acusação) não era possível concluir que o arguido tinha conhecimento de que a moeda era falsa.
- C. Na dúvida sobre os factos, em cumprimento do princípio *in dubio pro reo*, princípio garantido pela Lei Básica, deve ao arguido ser aplicada a pena mínima ou caso assim não se entenda a pena constante do artº 255 nº 2 alínea a) CP;
- D. Ao decidir de modo diverso, saiu violado o disposto no arts 29º da Lei Básica

Assim não se entendendo e ainda concluindo sempre se dirá:

- E. A matéria de facto provada é manifestamente insuficiente para a decisão proferida;
- F. Não basta dar como provado que “O Arguido, obteve junto de outrem as referidas notas falsas e bem sabendo que essas notas eram moeda falsa, guardou-as, transportou-a, com intenção de fazer circular essa moeda falsa como se tratasse de moeda verdadeira”.
- G. Era preciso provar que o arguido conhecia que a moeda era falsa.
- H. Essa é a conclusão de direito a que se deve chegar tendo por base factos provados.
- I. Conforme ensina a melhor jurisprudência “O crime de passagem de moeda falsa (...), tem como elementos

constitutivos essenciais a passagem de moeda falsa, falsificada ou depreciada, a inexistência de concerto com falsificador, e a consciência, aquando da passagem, de que, se trata de moeda falsa, falsificada ou contrafeita, não se exigindo o dolo específico do agente, (in www.dgsi.pt, Ac. STJ, de 02/07/1997, doc. n.º SJ199707020002373).

- J. Ora, conforme o depoimento da 1ª testemunha na audiência de discussão e julgamento, apercebeu-se de que o arguido não sabia o que estava a acontecer pelo que retira-se de que o arguido não tinha conhecimento que a moeda era falsa ou falsificada, não se verificando assim o elemento subjectivo do crime.
- K. Era imperioso apurar o conhecimento por parte do arguido de que a moeda era ou não falsa.
- L. Em face do exposto, afigura-se insuficiente a matéria de facto provada para a decisão proferida.

Assim não se entendo e ainda concluindo sempre se dirá:

- M. Atento o disposto no art. 65º do CP, deveria ter sido aplicada a pena de um ano a aqui Recorrente pelo crime de que vem acusado.

Assim não se entenda e ainda concluindo sempre se dirá:

- N. Porém, não se nos afigura justa a medida da pena. Em nosso entender, ao Arguido, aqui Recorrente deveria ter sido aplicado a pena constante do número 2 alínea a) do artigo 255º CP ou seja, pena de multa até 240 dias.

Termos em que se impõe a revogação do Acórdão em crise, nos termos supra peticionados.

Ao recurso respondeu o Ministério Público que concluiu que:

1. Não ocorre, no caso, o assacado vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, perfilando-se todos os elementos, permissivos de concluir pela subsunção encontrada, revelando-se a matéria de facto elencada exaustiva em tudo o que é pertinente para a decisão de mérito.
2. A decisão recorrida apresenta-se lógica e coerente, não tendo o Tribunal decidido em contrário ao que ficou provado ou não provado, contra as regras da experiência ou em desrespeito dos ditames sobre o valor da prova vinculada ou das “legis artis”, não passando a invocação do erro notório da apreciação da prova por parte do recorrente de uma manifestação de discordância no quadro do julgamento da matéria de facto, questão do âmbito do princípio da livre apreciação da prova, insindicável em reexame de direito.
3. Foi efectuada correcta subsunção jurídica dos factos dados como assentes, tendo-se usada dosimetria penal justa.

Termos em que, e nos melhores de direito, negando provimento ao recurso.

Nesta instância, a Digna Procurador-Adjunto apresentou o seu douto parecer que se transcreve o seguinte:

“Imputa o recorrente ao douto Acórdão recorrido os vício do erro notório na apreciação da prova e da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada e insurge-se contra a medida concreta da pena que lhe foi aplicada.

Na sua resposta à motivação do recurso, o Magistrado do Ministério Público evidencia já a sem razão do recorrente.

Resulta da motivação do recurso que o invocado vício do erro notório na apreciação da prova se reporta às declarações prestadas pelo condutor do táxi, alegando o recorrente que o Tribunal a quo não pode fundamentar a sua convicção num “depoimento omissivo quanto à descrição do acidente” porque aquele condutor não conhece os nomes das pessoas que transportava.

Ora, a jurisprudência dos tribunais de Macau tem considerado que existe erro notório na apreciação da prova “quando se retira de um facto uma conclusão inaceitável, quando se violam as regras sobre o valor da prova vinculada ou tarifada, ou quando se violam as regras da experiência ou as legis artis na apreciação da prova. E tem de ser um erro ostensivo, de tal modo evidente que não passe despercebido ao comum dos observadores”. (cfr. Ac.s do TUI, de 30-1-2003, 15-10-2003 e 11-2-2004, respectivamente nos processos n.ºs 18/2002, 16/2003 e 3/2004, entre outros)

No caso sub judice, não se nos afigura que está verificada alguma das situações acima referidas que consubstanciam o vício suscitado pelo recorrente. O que há é a sua discordância com a valoração que o Tribunal, a

quo fez da prova produzida nos autos, com finalidade de sindicarmos a convicção formada pelo Tribunal e fazer valer a sua convicção pessoal.

Com se sabe, perante os elementos de prova carreados aos autos, cabe ao Tribunal apreciar e valorizá-los de acordo com o princípio da livre apreciação da prova, pelo que não se compreende a alegação do recorrente quanto à impossibilidade de o Tribunal valorizar o depoimento prestado pelo condutor e formar a sua convicção, mesmo tomando em conta o seu desconhecimento sobre os nomes dos passageiros.

Tal como resulta do douto Acórdão recorrido, o condutor do táxi prestou depoimento em audiência, afirmando ter sido o ora recorrente quem utilizou a moeda falsa para pagar o táxi.

E conforme o depoimento dos agentes policiais que intervieram na investigação do presente caso, o condutor do táxi chegou a reconhecer o ora recorrente como a pessoa que lhe pagou com a moeda falsa, facto este também confirmado pelo auto de reconhecimento constante de fls. 9 e verso dos autos.

Daí que o desconhecimento do condutor do táxi sobre o nome do recorrente não deve constituir obstáculo à valoração pelo Tribunal a quo das declarações prestadas por aquele.

Acresce que a convicção do Tribunal a quo se baseou na análise global de todos os elementos de prova produzidos nos autos, que estão sujeitos à livre apreciação do Tribunal.

Tudo ponderado, não nos parece que o Tribunal a quo tenha decidido em contrário ao que ficou provado ou não provado ou tenha violado as regras de experiência ou sobre a valoração da prova.

Partindo da ilação por si retirada do depoimento da testemunha prestado em audiência no sentido de desconhecer que a moeda utilizada era falsa ou falsificada, invoca o recorrente o vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, que reside na alegada falta do elemento subjectivo do crime em causa.

Desde logo e com a forma como foi levantado o problema, entendemos que não está em causa a questão de insuficiência da matéria de facto provada, salvo o devido respeito.

Por outro lado, não é aquela conclusão do recorrente a convicção formada pelo Tribunal a quo.

Conforme resulta claramente da factualidade apurada nos autos, o Tribunal a quo deu como provado que o recorrente tinha obtido junto de outrem as notas apreendidas nos autos, bem sabendo que as mesmas eram moedas falsas, guardando-as, transportando-as e utilizou uma delas, com intenção de fazer circular essas moedas falsas como se tratassem de moedas verdadeiras.

Daí que é de concluir pelo preenchimento do elemento objectivo do crime imputado ao recorrente, que é de passagem de moeda falsa p. p. pelo artº 255º nº 1, al. a) do CPM.

Finalmente e quanto à medida concreta da pena, pretende o recorrente a fixação da pena de 1 ano de prisão ou até a pena constante da al. a) do n.º 2 do artº 255º do CPM que é a multa até 240 dias.

Parece-nos que se trata de uma pretensão infundada.

Por um lado, nota-se a diferença de tratamento penal entre as duas disposições dos n.ºs 1 e 2 do mesmo artigo, sendo que neste n.º 2 se contempla um crime atenuado ou privilegiado de passagem de moeda falsa.

E a benevolência prevista no n.º 2 é contemplada e justificada em função do momento em que o agente teve conhecimento da falsidade da moeda, que é posterior ao seu recebimento, limitando-se o agente a passá-la para cobrir ou minorar os prejuízos decorrentes do desvalor da moeda, enquanto no caso do n.º 1 aquele conhecimento se reporta ao momento de obter a moeda, tendo o agente decidido passá-la para e com o fim de grangear proveito.

Daí que não pode haver lugar à aplicação da pena prevista no n.º 2 do art.º 255.º do CPM, face aos factos provados nos autos, nomeadamente o respeitante ao momento em que o recorrente teve conhecimento da falsidade das moedas, que conduziram à sua condenação pelo crime p.p. pela al. a) do n.º 1 do mesmo artigo.

Por outro lado, a pena aplicável ao caso vertente é de 1 mês a 5 anos de prisão.

Tendo em conta o comando legal contido nos art.ºs 40.º e 65.º do CPM: para a determinação da medida da pena e considerando a moldura penal, prevista para o crime em causa, a sua gravidade e as consequências muito negativas causadas para a circulação normal da moeda e para a paz social, o cricunstancialismo em que foi praticado o crime bem como os restantes elementos apurados nos autos, tais como a quantidade e a variedade das moedas envolvidas no caso e a não confissão do recorrente, não nos parece exagerada a pena de 2 anos e 6 meses de prisão concretamente aplicada.

Com excepção de ser primário, não militam a favor do recorrente quaisquer circunstâncias atenuantes.

Destacam-se ainda as prementes necessidades de prevenção criminal, tanto geral como especial, do tipo de criminalidade em causa, necessidade cuja premência se vem naturalmente acentuado até com o desenvolvimento económico de Macau, nomeadamente do sector do jogo, tal como salienta o Magistrado do Ministério Público na sua resposta.

Assim, cremos que se deve manter a pena concreta aplicada pelo Tribunal a quo.

Pelo exposto, deve ser julgado improcedente o presente recurso.”

Cumpre conhecer.

Foram colhidos os vistos dos juizes-adjuntos.

À matéria de facto, foi dada por assente a seguinte factualidade:

- O arguido **A** munido de passaporte da XXX n.ºXXX, no dia 22 de Novembro de 2005, pelas 15:56 horas, veio da China continental através das Portas do Cerco para a Região Especial de Macau.
- Em 23 de Novembro de 2005, cerca das 12:45 horas da tarde, o arguido e um indivíduo não identificado de etnia africana apanharam um táxi na Av. Almeida Ribeiro, com a chapa de matrícula XXX, para Praça das Portas do Cerco, essa táxi era conduzido por **B**.

- Após chegar na Praça das Portas do Cerco, o arguido utilizou uma nota que constava imprimido os caracteres Banco Popular da China, com n.º XXX, com valor facial de cem renminbis, para pagar a despesa de transporte ao **B**, no valor de MOP\$17.00. Este verificando anormalidade nessa nota, recusou em recebê-la e ambos começaram a discutir.
- No meio da discussão, o arguido tentou reaver a referida nota de renminbi, fazendo com que a nota rasgasse em duas partes (ora apreendida no processo). A seguir, sem ter pago a despesa de transporte, o arguido e esse indivíduo de etnia africana saíram do táxi e fugiram.
- **B** correu atrás deles. Guarda(s) da P.S.P. depois de receber queixa também interveio na perseguição e o arguido foi interceptado no cruzamento da Rua Marginal do Canal das Hortas com o Istmo Ferreira, do Amaral.
- Os guardas policiais encontraram depois da posse do arguido o ora apreendido: quatro notas com os caracteres Banco Popular da China imprimidos, com valor facial de cem renminbis {respectivamente com os nos. XXX, XXX, XXX e XXX}; cinco notas com valor facial de cem dólares americanos (respectivamente com os nos. XXX, XXX, XXX, XXX e XXX) e uma nota com os caracteres Hong Kong Standard Chartered Bank com o valor facial de quinhentos dólares de Hong Kong (n.ºXXX).

- No mesmo dia, cerca das 8 horas da noite, guardas da P.S.P. foram ao local arrendado pelo arguido, o quarto n.º2 do Hotel XXX da Rua XXX, para efectuarem investigações. No local, entre a estrutura da cama e a estrutura da cama encontraram e apreenderam as seguinte notas que estavam embrulhadas com um saco de plástico (cfr. auto de busca e de apreensão a fls. 7 dos autos de inquérito):
 - Cento e cinquenta e três notas com os caracteres de Banco Popular da China imprimidos, com valor facial de cem renminbis. Nessas notas, a composição de cinco algarismos correspondiam aos algarismos das referidas cinco notas já apreendidas com valor facial de cem renminbis;
 - Dezanove notas com os caracteres Hong Kong Standard Chartered Bank imprimidas, com valor facial de quinhentos dólares de Hong Kong.
- Após exame realizado pelo Laboratório Judicial da Polícia Judiciária sobre as cento e cinquenta e oito notas com os caracteres Banco Popular da China, com valor facial de cem renminbis (incluído a nota que o arguido utilizou para pagar a despesa de transporte), as cinco notas com valor facial de cem dólares americanos e as vinte notas com os caracteres Hong Kong Standard Chartered Bank com valor facial de quinhentos dólares de Hong Kong, apurou-se que todas essas notas eram falsas.

- O arguido obteve junto de outrem as referidas notas falsas e bem sabendo que essas notas eram moeda falsa, guárdou-as, transportou-as e utilizou-a, com intenção de fazer circular essa moeda falsa como se tratasse de moeda verdadeira.
- O arguido agiu com consciência, voluntário e de propósito ao praticar a conduta ilícita, bem sabendo que a sua conduta era proibida e punida por lei.)

Mais se provou:

- **B** declarou em audiência de julgamento que não pretendia indemnização do arguido pelos danos sofridos, mas que os seus danos deviam ser indemnizados pelo Governo.
- O arguido é primário, conforme o registo criminal.
- O arguido declarou que antes de auferindo ser preso era um rendimento mensal indeterminado; tem a seu cargo a sua mulher e uma filha de 10 anos. Tinha o arguido a habitação, académica de Licenciado em Comércio.

Na indicação das provas para a formação da convicção do Tribunal afirmou que:

A convicção do Tribunal é formado nos seguinte termos:

- O arguido em audiência negou o crime imputado, e explicou que as notas falsas encontrada no quarto e no seu corpo lhe foram entregues pelo outro indivíduo Tembe Scheck para pagar o preço de taxi, não tendo sabido que as notas eram falsas.

- O referido taxista prestou depoimento em audiência, descreveu claramente o que aconteceu o pagamento do arguido pelo preço de taxi com as notas falsas e por isso eles envolveram em discussão.
- Os agentes responsáveis pela investigação depuseram na audiência, descrevendo clara e objectivamente a detenção do arguido e o facto de ter encontrar notas falsas no corpo do arguido e no quarto do hotel. Ao mesmo tempo, os agentes confirmaram também que durante a investigação o taxista tinha reconhecido o passageiro que pagou o taxi por notas falsas, e confirmou que o dito C não foi o outro passageiro no taxi.
- Através do exame laboratorial, verificou-se que é falsa a maior parte das notas encontradas no corpo do arguido e no quarto do hotel.
- O Colectivo analisou globalmente as declarações do arguido e os depoimento das testemunhas que prestaram em audiência, as provas documentais, os objectos apreendidos e outras provas examinadas em audiência, e não acreditou a explicação do arguido e afirmou que o arguido possuía e usava as notas falsas conscientemente, com o manifesto conhecimento.

Conhecendo.

O recorrente levanta as seguintes questões:

- Erro notório na apreciação da prova
- Insuficiência da matéria de facto para a decisão
- Subsunção dos factos
- Medida concreta da pena

Em primeiro lugar, quanto ao vício de erro notório na apreciação da prova, o seu douto parecer do Ministério Público já evidenciou a improcedência deste fundamento, a que merece a nossa adesão para a decisão do presente recurso.

Efectivamente, o recorrente pretende, ao alegar o vício de erro notório na apreciação da prova, sindicat a livre convicção do Tribunal formada nos termos do artigo 114º do Código de Processo Penal.

Pois, só se verifica o erro notório na apreciação da prova quando o Tribunal se retira de um facto uma conclusão inaceitável, quando se violam as regras sobre o valor da prova vinculada ou tarifada, quando se violam as regras da experiência ou as legis artis na apreciação da prova, ou quando se dá como provado um facto com prova que realmente se provaria diversamente.

Para o recorrente, em face da contradição do depoimento da testemunha (testemunha arrolada pela acusação), relativamente à ocorrência do facto, (1ª testemunha da Acusação) não era possível concluir que o arguido tinha conhecimento de que a moeda era falsa.

Independentemente da contradição ou não do depoimento da testemunha, como podemos claramente ver que o Tribunal *a quo* ao concluir que o arguido tinha conhecimento de que a nota era falsa, não só

valorou o depoimento da referida testemunha, como outros elementos fácticos examinados e produzidos em audiência, conjugando entre si, formando assim a sua livre convicção, liberdade esta que se confere pelo artigo 114º do Código de Processo Penal.

Não se vê em que termos é que o Tribunal deu como provado facto logicamente inaceitável, ou pela prova que realmente provaria diversamente, ou violou a regra de experiência, pelo que inverifica o impugnado vício de erro na apreciação da prova, muito menos notório.

Quanto ao vício de insuficiência, o recorrente, veio impugnar, de facto, o enquadramento jurídico dos factos, por ter entendido que os factos, pela falta do elemento constitutivo subjectivo (vertente cognitiva) do crime, sobre o conhecimento da falsidade das notas, não pode ser incriminado pela prática do crime de passagem de moeda falsa.

Não lhe assiste razão.

Por um lado, não se trata de uma questão do vício de julgamento de matéria de facto, pois só existe insuficiência da matéria de facto quando com os factos dados como provados não se pode tomar uma decisão de direito, quer da decisão condenatória quer da decisão absolutória, ou seja, os factos não são líquidos para uma decisão.

Mas sim, trata-se de uma questão de direito quando se diz que os factos não são subsumíveis ao disposição incriminadora, tal como o que alegou o recorrente, a saber se com os factos ao arguido não seria de condenar pela prática de um crime de passagem da moeda falsa.

Inverificado assim o vício de insuficiência.

Vejamos, então, a questão de subsunção dos factos.

Prevê o artigo 255º do Código Penal que:

Artigo 255.º (*Passagem de moeda falsa*):

“1. Quem, por qualquer modo, incluindo a exposição à venda, passar ou puser em circulação,

a) como legítima ou intacta, moeda falsa ou falsificada

b) moeda metálica depreciada, pelo seu pleno valor, ou

c) moeda metálica com o mesmo ou maior valor que o da legítima, mas fabricada sem autorização legal, é punido, no caso da alínea a), com pena de prisão até 5 anos, e, no caso das alíneas b) e c), com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.

2. Se o agente só tiver tido conhecimento de que a moeda é falsa ou falsificada depois de a ter recebido, é punido:

a) No caso da alínea a) do número anterior, com pena de multa até 240 dias;

b) No caso das alíneas b) e c) do número anterior, com pena de multa até 90 dias.”

A consumação deste crime dar-se-á com a exposição, passagem, ou colocação da moeda ou coisa penalmente similar.

O recorrente invocou o não conhecimento da falsidade da nota, ou seja a não prática do crime de passagem previsto no artigo 255º do Código Penal.

Digamos que tal não deixaria de ser possível, se se tratasse de uma ocasião só, quiçá, por ter sido enganado por outrem e que já não se justifica o seu desconhecimento da falsidade da nota, quando no seu corpo e no quarto de hotel onde instalou foram encontradas várias notas falsificadas de vários países.

Com estes factos apurados nos autos, nomeadamente perante os apreendidos, não se pode afirmar que o arguido só tinha conhecimento da falsidade da nota depois de ter recebido, para o efeito do artigo 255º nº 2 al. a) do Código Penal.

Com esta passagem, não há dúvidas quanto ao elemento subjectivo deste crime, pelo que se mostram integrados os elementos típicos do crime p. e p. pelo artigo 255º, n.º 1, al. a) do Código Penal.

Isto refere-se ao facto de ter uso a moeda falsa, ou seja a tal nota de 100 renminbis.

A partir daí, a questão dividem-se em duas partes: uma do concurso real dos crimes previstos nos artigos 255º e 256º do Código Penal, outra da consumação do crime previsto nesse artigo 255º.

Como podemos ver, os factos dividem-se em duas partes para enquadrarem-se nos tipos distintos: uma de uso de nota falsa e outra apenas a aquisição em depósito para a circulação.

Quanto ao facto de ter recebido, em depósito, na sua posse e no quarto de hotel onde instalou, o mesmo integra o crime previsto no artigo 256º do Código Penal.

Prevê este artigo que:

“Quem adquirir, receber em depósito, importar ou por outro modo introduzir em Macau, para si ou para outra pessoa, com intenção de, por qualquer modo, incluindo a exposição à venda, a passar ou pôr em circulação,

a) como legítima ou intacta, moeda falsa ou falsificada,

b) moeda metálica depreciada, pelo seu pleno valor, ou

c) moeda metálica com o mesmo ou maior valor que o da legítima, mas fabricada sem autorização legal, é punido, no caso da alínea a), com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa, e, no caso das alíneas b) e c), com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias.”

Sendo certo, quer a doutrina quer a jurisprudência, tem entendido que a passagem ou a colocação em circulação de moeda ilegítima consome o prévio delito de aquisição de moeda,¹ mas isto não contempla o caso em que o agente adquire com intenção de pôr em circulação e ainda não tem a passagem efectiva.

A lei autonomiza a punição do acto de aquisição em depósito com a intenção de por em circulação a moeda falsa, verifica o acto, deve ser o acto punido, e, se, após o acto de aquisição, puser efectivamente em circulação a moeda falsa, o agente só pode ser condenado pelo crime de passagem, absorvendo o acto de aquisição, porque a passagem de moeda falsa pressupõe a sua prévia aquisição, senão contrafacção.

In casu, porém, o facto de ter adquirido as moedas falsas, em depósito no quarto de hotel, bem assim no corpo do arguido, enquanto não põe efectivamente em circulação, só integra o crime previsto no artigo 256º, desde que está especificamente provado o seu dolo, tal como

¹ A.M. Almeida Costa, Comentário Conimbricense do Código Penal, ao artigo 265º, p. 802; acórdão da RP de 8 de Maio de 1985, BMJ 347º, p. 459..

veio o Tribunal efectivamente a dar como provado que “O arguido obteve junto de outrem as referidas notas falsas e bem sabendo que essas notas eram moeda falsa, guardou-as, transportou-as ..., com intenção de fazer circular essa moeda falsa como se tratasse de moeda verdadeira”.

E este crime que o Código autonomiza ou tipifica a sua punibilidade, não deve ser absorvido pelo crime de passagem.

Assim sendo, ao lado do crime de passagem da moeda falsa previsto no artigo 255º nº 1 do Código Penal, o arguido ainda tem de ser condenado pelo crime previsto no artigo 256º, em concurso real.

Chegada aqui, voltamos à parte do crime de passagem, para ver se o crime se consumiu efectivamente.

Desde logo, tal como acima se frisou, o facto de ter usado da nota falsa de 100 renminbis, integra o crime de passagem, absorvendo o crime (por consunção pura) de aquisição prévia dessa mesma nota falsa, sob pena de violação do princípio de *ne bis in idem*.

Mas, digamos que este crime foi praticado na forma tentada, porque o arguido tentou pagar com o referida nota de Reminbi, o taxista, ao descobrir algo anormal da nota, recusou a recebê-la, ficou assim “frustrada” a finalidade criminosa - posto em circulação efectiva da nota falsa -, no decurso da sua execução - artigo 21º nº 1 do Código Penal.

Assim sendo, nesta parte do crime, o arguido só tem que ser condenado pelo crime previsto no artigo 255º nº 1 do código Penal, na forma tentada.

Integrado os tipos, vejamos a última questão do recurso - a medida de pena.

A determinação da pena concreta, dentro dos limites definidos na lei, é feita em função da culpa do agente e das exigências de prevenção criminal, atendendo a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo do crime, depuserem a favor do agente ou contra ele.

Ponderando as alíneas exemplificadas no artigo 65º nº 1 do Código Penal, algumas dessas circunstâncias relativas à gravidade da ilicitude, à culpa do agente e à influência da pena sobre o delinquente.

Em primeiro lugar, trata-se do crime de passagem de moeda falsa, que será punido com uma pena abstracta de prisão até 5 anos, e o arguido foi condenado na pena de 2 anos e 6 meses de prisão, ficando no meio da moldura legal da pena.

Em consequência da nova qualificação, a consequência, bem assim o grau de ilicitude, do crime de passagem ficará consideravelmente diminuída, a pena de 2 anos e 6 meses afigura-se manifestamente exagerada.

Em segundo lugar, embora o arguido não tenha sido condenado pela prática do crime de aquisição da moeda falsa para ser posta em circulação, este Tribunal tem toda a legitimidade convolar a condenação para o crime menos grave (*tendo cumprido o princípio do contraditório pela forma de convidar o ilustre defensor do arguido e o Ministério Público para se pronunciarem a eventual alteração do crime condenado*), e fixar uma pena concreta, sem prejuízo do princípio de *reformatio in pejus*.

Assim sendo, tendo em conta todo o circunstancialismo apurado, globalmente a culpabilidade e o grau de ilicitude, as consequências em termos de prejuízo, ainda o circunstancialismo atenuante decorrente dos seus antecedentes criminais, da situação económica e social, entende-se

por ser adequada uma pena de **três meses** de prisão, para o crime de passagem de moeda falsa, e outra pena de **um ano** de prisão, para o crime de aquisição de moeda falsa para ser posta em circulação.

Em cúmulo jurídico, é adequada uma pena única de **um ano e dois meses** de prisão.

Não se escolhe a pena de multa, nem as substitui por pena de multa, com vista a necessidade de punição e que a simples censura pela pena não privativa de liberdade não alcança as finalidades de punição.

Nesta conformidade, resta decidir.

Pelo exposto, acordam neste Tribunal de Segunda Instância em conceder parcial provimento ao recurso interposto pelo arguido A e em consequência condenar o arguido:

- pela prática de um crime tentado de passagem de moeda falsa p.p.p. artigo 255º nº 1 al. a) do Código Penal na pena de três meses de prisão;

- pela prática de um crime de aquisição de moeda falsa para ser posta em circulação p.p.p. artigo 256º do Código Penal na pena de um ano de prisão.

Em cúmulo, condena o arguido na pena de um ano e dois meses de prisão.

Custas pelo recorrente pelo seu decaimento, com a taxa de justiça em 3 UC's.

Macau, RAE, aos 23 de Novembro de 2006

Choi Mou Pan

João A. G. Gil de Oliveira

Lai Kin Hong